

EDUARDO ARRUDA ALVIM
RENNAN FARIA KRUGER THAMAY
DANIEL WILLIAN GRANADO

PROCESSO CONSTITUCIONAL

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora Responsável
Marisa Harms

Diretora de Operações de Conteúdo
Juliana Mayumi Ono

Editores: Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Danielle Oliveira, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

Assistente Editorial: Karla Capelas

Produção Editorial
Coordenação
Juliana De Cicco Bianco

Analistas Editoriais: Amanda Queiroz de Oliveira, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, George Silva Melo, Luara Coentro dos Santos e Rodrigo Domiciano de Oliveira

Analistas de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite, Samanta Fernandes Silva e Victor Bonifácio

Assistentes Documentais: Beatriz Biella Martins e Karen de Almeida Carneiro

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
Caio Henrique Andrade

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alvim, Eduardo Arruda
Processo constitucional / Eduardo Arruda Alvim, Rennan Faria Kruger
Thamay, Daniel Willian Granado. – 1. ed. – São Paulo : Editora Revista
dos Tribunais, 2014.

Bibliografia
ISBN 978-85-203-5638-8

1. Direito constitucional 2. Direito constitucional – Brasil 3. Direito
processual 4. Direito processual - Brasil I. Tamay, Rennan Faria Kruger.
II. Granado, Daniel Willian. III. Título.

14-09946

CDU-342:347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo constitucional : Direito
342:347.9(81)

Sumário

PREFÁCIO – ARAKEN DE ASSIS	9
À GUIA DE APRESENTAÇÃO – O PROCESSO CONSTITUCIONAL NO NOVO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – LENIO LUIZ STRECK.....	11
INTRODUÇÃO	21
I. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO	23
1. Introdução	23
2. Princípio do devido processo legal (<i>due process of law</i>) (art. 5.º, LIV, da CF/1988)	24
2.1 Conteúdo do princípio – A atuação da Suprema Corte norte- -americana	26
3. Princípio da isonomia (art. 5.º, <i>caput</i> , I, da CF/1988)	29
3.1 Aregrados arts. 181, 184 e 186 do NCPC (art. 188 do CPC/1973) e o princípio constitucional da isonomia.....	30
4. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5.º, XXXV, da CF/1988)	31
4.1 Justiça desportiva – Um caso excepcional	35
4.2 Exigência de depósito prévio em ações tributárias	36
4.3 Ação rescisória	36
5. Princípio do juiz e do promotor natural	37
6. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	40
6.1 A citação.....	43
7. Princípio da proibição da prova ilícita	44
8. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	47
9. Princípio da motivação das decisões judiciais	48
10. Princípio da independência da magistratura	49
11. Princípio do duplo grau de jurisdição	52
12. Princípio da razoável duração do processo.....	53
13. Conclusões.....	54
II. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIO- NALIDADE	57
1. O guardião da Constituição em Carl Schmitt.....	57

16 PROCESSO CONSTITUCIONAL

2.	O guardião da Constituição em Hans Kelsen	63
3.	O guardião da Constituição na realidade brasileira e sua influência na jurisdição constitucional	67
4.	O controle de constitucionalidade: conceituação	70
4.1	Breves informações de sistemas de controle de constitucionalidade	72
5.	Inconstitucionalidade	76
5.1	Inconstitucionalidade formal	77
5.2	Inconstitucionalidade material	77
5.3	Inconstitucionalidade e seus demais elementos	78
6.	Formas de controle de constitucionalidade	80
6.1	Controles preventivo e repressivo	80
6.2	Controles: político, judiciário e misto	82
7.	Controle judicial	84
7.1	Controle judicial difuso	85
7.2	Controle judicial abstrato	86
III. CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE: ADI, ADO, ADC E ADPF		
1.	O controle de constitucionalidade no direito brasileiro	89
1.1	Aspectos históricos do STF frente ao controle de constitucionalidade abstrato	90
1.2	O controle de constitucionalidade abstrato como processo objetivo	96
1.3	O controle abstrato na legislação infraconstitucional: as Leis 9.868/1999 e 9.882/1999	100
1.4	Tipos de ações no controle abstrato	102
1.4.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	102
1.4.1.1	Competência	106
1.4.1.2	Legitimados	107
1.4.1.3	Procedimento	111
1.4.1.4	Concessão de medida cautelar	113
1.4.1.5	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	115
1.4.1.6	Demais pontos relevantes: inovações	118
1.4.2	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	123
1.4.2.1	Competência	126
1.4.2.2	Legitimados	126
1.4.2.3	Procedimento	126
1.4.2.4	Concessão de medida cautelar	127

1.4.2.5	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade por omissão.....	127
1.4.3	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	130
1.4.3.1	Competência.....	133
1.4.3.2	Legitimados.....	135
1.4.3.3	Procedimento.....	136
1.4.3.4	Concessão de medida cautelar.....	136
1.4.3.5	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade por omissão.....	137
1.4.4	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	139
1.4.4.1	Competência.....	144
1.4.4.2	Legitimados.....	146
1.4.4.3	Procedimento.....	147
1.4.4.4	Concessão de medida cautelar.....	148
1.4.4.5	Efeitos da decisão da ADPF.....	149
IV.	CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	153
1.	Aspectos gerais.....	153
2.	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso....	155
3.	Recurso extraordinário.....	156
3.1	Alguns aspectos introdutórios.....	156
3.2	Competência.....	160
3.3	Prequestionamento.....	160
3.4	As hipóteses de cabimento de recurso extraordinário	161
3.5	Processamento do extraordinário.....	169
3.6	Efeitos do recurso extraordinário – Efeito devolutivo – Efeito suspensivo	170
3.7	Últimas considerações acerca dos recursos extraordinário – Questões práticas	171
3.8	Repercussão geral no recurso extraordinário – Novo requisito de admissibilidade.....	172
V.	DO ATIVISMO JUDICIAL NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO E DIFUSO.....	183
1.	Aspectos introdutórios.....	183
2.	Ativismos e judicialização da política.....	187
3.	O ativismo judicial realizador de políticas públicas.....	193
4.	O ativismo judicial realizado pelo STF	195
VI.	ACÕES CONSTITUCIONAIS (RECLAMAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, MANDADO DE INJUNÇÃO E <i>HABEAS DATA</i>)	217

1.	A reclamação	217
1.1	Cabimento de reclamação	217
1.2	Reclamação – Aspectos relevantes.....	218
1.3	Elementos da reclamação contra decisão que tenha desrespeitado pronunciamento do STF proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade.....	221
1.4	A reclamação contra decisão judicial e a coisa julgada no processo subjacente.....	224
2.	Mandado de segurança.....	225
2.1	Aspectos iniciais.....	225
2.2	Sujeitos no mandado de segurança.....	227
2.2.1	Impetrante	227
2.2.2	Autoridade coatora	234
2.2.2.1	Considerações iniciais.....	235
2.2.2.2	Autoridade coatora como órgão público....	242
2.2.2.3	Autoridade coatora e competência	246
2.3	Direito líquido e certo	248
2.3.1	A prova e o mandado de segurança.....	248
2.3.2	Natureza jurídica do direito líquido e certo	264
2.3.3	Ilegalidade e abuso de poder	266
2.3.4	Outros aspectos relevantes.....	270
2.4	Prazo decadencial de impetração (120 dias).....	274
2.4.1	Natureza jurídica	274
2.5	Mandado de segurança preventivo – Mandado de segurança contra lei em tese.....	279
2.5.1	Considerações iniciais.....	279
2.5.2	O “justo receio” (parte final do art. 1.º da Lei 12.016/2009)	286
2.5.3	Mandado de segurança e lei de efeitos concretos.....	291
2.6	Liminar	294
2.7	Sentença.....	298
2.7.1	Ações mandamentais	298
2.7.1.1	Critérios classificatórios distintos	306
2.7.1.2	Atos administrativos nulos e anuláveis – Efeitos	307
2.7.1.3	Execução de sentença.....	309
2.8	Recursos.....	312
2.8.1	Mandado de segurança e remessa necessária.....	312
2.8.2	Legitimidade para recorrer.....	318
2.8.3	Recursos em espécie.....	320

2.8.3.1	Agravo.....	320
2.8.3.2	Demais modalidades recursais	331
3.	Mandado de injunção.....	341
3.1	Considerações iniciais sobre a finalidade do instituto	341
3.2	Origens	342
3.3	Objeto e finalidades.....	343
3.4	Pressupostos	344
3.5	Mandado de injunção e mandado de segurança	344
3.6	Competência.....	344
3.7	Procedimento.....	346
3.8	Legitimidade	346
3.9	Mandado de injunção coletivo	348
3.10	Natureza do provimento.....	348
4.	<i>Habeas data</i>	349
4.1	Considerações iniciais.....	349
4.2	Origens	350
4.3	Objeto e finalidades.....	350
4.4	Competência.....	351
4.5	Procedimento.....	353
4.6	Legitimidade	355
VII.	AÇÕES COLETIVAS (NOÇÕES GERAIS, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO POPULAR E MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO).....	357
1.	Dos princípios do processo coletivo	357
1.1	Aspectos introdutórios.....	357
1.2	Dos princípios do processo coletivo	361
1.2.1	Princípio do devido processo legal coletivo.....	363
1.2.2	Princípio do acesso à justiça.....	366
1.2.3	Princípio da universalidade da jurisdição.....	368
1.2.4	Princípio de participação	368
1.2.5	Princípio da ação.....	370
1.2.6	Princípio do impulso oficial	370
1.2.7	Princípio da economia	371
1.2.8	Princípio da instrumentalidade das formas.....	372
1.2.8.1	Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo	373
1.2.9	Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva ...	375
1.2.10	Princípio do microsistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva	376
1.2.11	Princípio da reparação integral do dano	378

1.2.12	Princípio da não taxatividade.....	378
1.2.13	Princípio do ativismo judicial.....	379
2.	Noção geral sobre o processo das ações coletivas.....	380
2.1	Direitos difusos.....	380
2.2	Direitos coletivos.....	382
2.3	Direitos individuais homogêneos.....	383
2.4	Aspectos relativos à tutela desses direitos.....	386
2.5	Aspectos da coisa julgada no Código de Processo Civil.....	386
2.6	Aspectos da coisa julgada no Código do Consumidor.....	390
2.6.1	Coisa julgada e direitos difusos.....	390
2.6.2	Coisa julgada e direitos coletivos.....	397
2.6.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	398
2.6.4	Da suspensão das ações individuais (art. 104).....	402
2.6.5	Aplicabilidade do sistema do Código do Consumidor.....	403
3.	Ação civil pública (Lei 7.347/1985 – Lei da Ação Civil Pública).....	403
3.1	Aspectos introdutórios.....	403
3.2	Cabimento.....	403
3.3	Legitimidade.....	404
3.4	Procedimento.....	406
3.5	Decisão e seus efeitos.....	406
4.	Ação popular (Lei 4.717/1965 – Lei da Ação Popular).....	412
4.1	Aspectos introdutórios.....	412
4.2	Cabimento.....	413
4.3	Legitimidade.....	413
4.4	Procedimento.....	416
4.5	Decisão e seus efeitos.....	417
5.	Mandado de segurança coletivo.....	417
5.1	Pertinência temática.....	423
5.2	Aspectos iniciais.....	426
5.3	Legitimidade ativa.....	430
5.3.1	Alínea <i>b</i> do inc. LXX do art. 5.º da CF.....	430
5.3.2	Alínea <i>a</i> do inc. LXX.....	452
5.4	A exigência do caso concreto: o mandado de segurança preventivo.....	456
5.5	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo.....	458
	REFERÊNCIAS.....	461